



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Treinamento	(2.019)	(1.714)
Remuneração de estagiários	(2.591)	(2.808)
<b>Total</b>	<b>(269.960)</b>	<b>(250.658)</b>

### c ) Outras despesas administrativas

	1º sem/2019	1º sem/2018
Água, energia e gás	(6.549)	(5.646)
Aluguéis	(7.243)	(7.077)
Processamento de dados	(19.675)	(22.728)
Comunicações	(14.418)	(16.460)
Manutenção e conservação de bens	(6.032)	(6.181)
Material	(442)	(490)
Serviços de terceiros	(11.745)	(12.252)
Vigilância e segurança	(13.696)	(13.965)
Serviços do sistema financeiro	(8.030)	(8.721)
Promoções e relações públicas	(2.188)	(2.098)
Propaganda e publicidade	(2.265)	(3.104)
Publicações oficiais	(962)	(233)
Serviços técnicos especializados	(6.029)	(6.551)
Transporte	(6.981)	(9.131)
Viagens	(2.006)	(2.627)
Depreciação	(11.395)	(10.869)
Amortização	(14.809)	(12.789)
Demais despesas administrativas	(2.656)	(2.716)
<b>Total</b>	<b>(137.121)</b>	<b>(143.638)</b>

### d) Despesas tributárias

	1º sem/2019	1º sem/2018
ISS	(3.951)	(2.961)
Cofins	(41.674)	(37.876)
PIS/Pasep	(6.772)	(6.155)
Demais tributos	(2.512)	(4.279)
<b>Total</b>	<b>(54.909)</b>	<b>(51.271)</b>

### e) Outras receitas e despesas operacionais

	1º sem/2019	1º sem/2018
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Del credere - FNO (nota nº 20)	315.922	297.179
Demais rendas operacionais	60.331	103.389
Recup. op. FNO (nota nº 20)	36.245	46.644
Rendas de Del credere - FDA	2.616	3.075
Receita variação taxas - FMM	8.298	8.017
Receita variação taxa câmbio	3.527	4.870
Recuperação encargos e despesas	1.518	2.401
Reversão outras prov. Operac. (nota nº 8) (*)	3.544	34.983
Multas - operações crédito geral	1.195	1.236
Rendas s/ depósito compulsório	2.598	2.044
Demais receitas operacionais	790	119
<b>Total</b>	<b>376.253</b>	<b>400.568</b>

(\*) Em 2018, o montante é composto substancialmente por valores referentes à reversão do excedente da provisão constituída de operações SEC I liquidadas (R\$110.984) e pela reclassificação das rubricas Provisão ativos atuariais Contrato TI (R\$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.608), conforme detalhado na nota nº 8.

	1º sem/2019	1º sem/2018
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Desp. de provisão-FNO (nota nº 20)	(194.732)	(222.451)
Atualiz. Ben. pós-emprego PBD e PMB	(52.029)	(53.278)
Atualização Planos Saldados (nota nº 25 b)	(33.501)	(26.946)
Passivos trabalhistas	(68.937)	(25.453)
Desp. pós-emp-assist/a. saúde (nota nº 25 a.2)	(20.593)	(19.957)
Cessão de crédito - lei nº 9.138/1995	(300)	(14.949)
Despesas de variação de taxa FMM	(9.565)	(7.645)
Passivos cíveis/sucumbências	(10.954)	(23.985)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(3.959)	(8.756)
FDA - Provisão	(4.189)	(469)
Atualiz. operac. SEC I - Lei 9.138/1995	(2)	-
Despesa de variação taxa câmbio	(13)	(48)
Outras contingências - Fiscais	(14)	(10.316)
Grade de eventos perdas operacionais (nota nº 8)	(723)	(14.516)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(267)	(339)
Variação negativa de índices	(667)	-
Dividendos a pagar juros s/ capital	(915)	(409)

Despesas desconto concedido renegociação	(22)	(577)
Demais despesas operacionais	(2.897)	(115)
Despesas com TVM	(17)	(31)
Desp. de provisão p/ contingências - Capaf	-	(576)
Multa de órgãos oficiais	(228)	(1.202)
Outras despesas - PET (nota nº 8) (*)	-	(21.699)
<b>Total</b>	<b>(404.524)</b>	<b>(453.717)</b>

(\*) Item comentado em outras receitas operacionais.

### f) Resultado não operacional

	1º sem/2019	1º sem/2018
<b>Receitas não operacionais</b>	<b>2.114</b>	<b>629</b>
Lucros em transações c/ valores e bens	304	6
Outras receitas não operacionais	1.810	623
Reversão outras prov. não operacionais	917	81
Ganhos de capital	376	282
Rendas de aluguel	2	7
Juros s/Capital próprio / Dividendos recebidos	-	39
Outras rendas não operacionais	515	214
<b>Despesas não operacionais</b>	<b>(197)</b>	<b>(244)</b>
Perdas de capital	(4)	(29)
Outras Despesas não operacionais	(193)	(215)
Imobilizações	(191)	(151)
Diversas	(2)	(64)
<b>Total</b>	<b>1.917</b>	<b>385</b>

### 18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério do Desenvolvimento Regional, através da Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais. Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região amazônica.

O Banco da Amazônia S/A, como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste período, não houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018 (R\$3.237 em 2018).

No semestre, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$5.013 (R\$4.541 no 1º sem/2018).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$18.281 (R\$14.962 em 30.06.2018), com base no valor patrimonial da cota em 30 de junho de 2019. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

### 19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a. de del credere e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Neste semestre, está registrado, a título de del credere, o valor de R\$24.080 (R\$22.725 em 30.06.2018) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da